

Neto prepara pacote social para crise e Bruno Reis será coordenador

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que prepara um pacote social para minimizar os efeitos negativos provocados pelo surto de coronavírus. Segundo ele, o vice-prefeito Bruno Reis (DEM) será o coordenador. O gestor soteropolitano afirmou que os programas podem ser anunciados ainda hoje ou na próxima segunda-feira.

"Bruno está coordenando todas as ações e os programas que vamos desenvolver na área social. Eu vou anunciar em poucos dias. Um pacote de ações para ajudar, principalmente, as pessoas mais pobres e que

estão mais afetadas economicamente e socialmente pelo coronavírus", declarou o democrata soteropolitano, em entrevista à *Tribuna*.

ACM Neto tem dito que as medidas adotadas pelos prefeitos e governadores vão prejudicar a economia do país, mas, para ele, o momento é de pensar na vida das pessoas.

"Nós sabemos o impacto que todas essas medidas têm na economia. Quando você fecha um shopping center, quando você suspende as aulas, quando você impõe restrições severas de funcionamento a restaurantes e bares. É claro que tudo isso tem impacto econômico na cidade. É claro que tudo isso pode significar o emprego de muita gente. É claro que isso inevitavelmente vai repercutir na arrecadação da prefeitura e nós tere-

mos meses e talvez anos muito difíceis pela frente. No entanto, desde a primeira medida que eu anunciei, eu disse, se todo esse sacrifício tiver ao fim significado salvar a vida de uma pessoa já terá valido a pena. Imagine salvar a vida de milhares de pessoas em nossa cidade e no nosso país. Está mais do que claro que o que aconteceu, na Europa principalmente, foi resultado da falta de medidas preventivas, da falta de medidas restritivas que nós adotamos tempestivamente, no momento certo na cidade do Salvador. Nós nos antecipamos pedindo as pessoas que fiquem em casa e, às vezes, impondo isso", ressaltou.

O prefeito tem ido na contramão do que tem defendido o presidente Jair Bolsonaro (sem partido).



O PREFEITO de Salvador, ACM Neto (DEM), disse, ontem, que prepara um pacote social para minimizar os efeitos negativos provocados pelo surto de coronavírus

Enquanto o chefe do Palácio do Planalto deseja o fim do "confinamento em massa", ACM Neto quer a permanência do isolamento social para evitar a disseminação da doença. Neto chegou a classificar como "irresponsável" a fala do presidente. "Cada medida que eu anuncio eu o faço, acredito, de coração partido porque a gente sabe das consequências que essas medidas (para isolamento social) têm. No entanto, eu considero a declaração do

presidente também irresponsável porque a essa altura do campeonato, o que a gente precisa é de união de todos e o presidente quando trata o que nós estamos enfrentando como uma gripezinha, ele também, na minha opinião, está desconsiderando a dor e o sofrimento das famílias que já perderam seus entes, de pessoas que já morreram do coronavírus. Ele está desrespeitando, na minha opinião, as pessoas que estão nesse momento enfermas,

que estão reclusas, as pessoas que estão em isolamento já acometidas pelo coronavírus", declarou o prefeito.

Deputados—O deputado estadual Eduardo Salles (PP) requereu ao secretário estadual de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Leonardo Góes, que a Embasa suspenda o corte dos serviços de fornecimento de água e esgoto para clientes que possuem a tarifa social durante o período da crise. Para ele, a paralisação quase total da atividade econômica "penaliza de forma insuportável os segmentos mais desfavorecidos da nossa sociedade". "É necessário evitar que famílias de baixa renda tenham esse serviço essencial cortado em meio à crise de saúde, inclusive pela necessidade de constante higienização das mãos", pontuou.

Por sua vez, o deputado Samuel Júnior (PDT) solicitou ao governador Rui Costa (PT) e ao presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), Eures Ribeiro (PSD), por meio de projeto de indicação, a flexibilização dos prazos para pagamentos de tributos estaduais e municipais. "Urge a adoção de medidas paliativas e o adiamento do pagamento dos impostos torna-se um lenitivo necessário", argumentou o pedetista.